

*Distribuir os
par. e ps. de putados
Remeter ao Governo
para conhecimento.
19/06/2013*

Senhora Presidente da Assembleia
Legislativa da Região Autónoma dos
Açores

HORTA

Sua Referência	Sua Comunicação	Nossa Referência	Data
		40/013/MS	2013.06.18

Assunto: Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução –
Manutenção da Maioria do Capital Social da Empresa de Eletricidade dos Açores – EDA na
Esfera Pública.

Freitas

O Grupo Parlamentar do PSD, entrega à Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a Vossa Excelência, para efeitos de admissão, o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução, cujo objeto é a “Manutenção da Maioria do Capital Social da Empresa de Eletricidade dos Açores – EDA na Esfera Pública”, pela objetividade da componente resolutiva da iniciativa apresentada, bem como pela necessidade de uma rápida clarificação da matéria em causa.

O pedido obedece aos requisitos formais, previstos nos artigos 146º e 147º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Com os melhores cumprimentos,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

ARQUIVO

Entrada **1999** Proc. n.º **109**

Data: **013/06/19** N.º **4018**

O Presidente do Grupo Parlamentar,

Duarte Freitas

Duarte Freitas

Projeto de Resolução

Manutenção da Maioria do Capital Social da Empresa de Eletricidade dos Açores – EDA na Esfera Pública

A produção e distribuição de energia elétrica constituem, numa região insular como os Açores, funções de extrema relevância social e económica.

De facto, sendo comumente aceite que a eletricidade constitui um bem público, a sua distribuição regular, a garantia de um tarifário uniforme em todas as Ilhas e uma rede de distribuição que atenda à realidade social, económica e geográfica da Região, têm constituído um importante instrumento de coesão territorial. Acresce o fato de a produção e distribuição de energia eléctrica ser feita em regime de monopólio.

No passado, outros processos de privatização levaram a que a Região tivesse ficado amputada de alguns instrumentos que lhe permitiam dar sinais indicativos quanto aos sectores em que se devia mover a economia, pelo que importa assegurar que empresas estratégicas que produzem bens públicos possam permanecer na esfera do sector empresarial regional.

As relevantes funções de interesse público desempenhadas pela Empresa de Eletricidade dos Açores têm merecido, por isso, um amplo consenso político, refletido na Assembleia Legislativa da Região Autónoma pela unanimidade dos partidos nela representados.

Durante a campanha que antecedeu o ultimo ato eleitoral todos os partidos políticos foram unanimes na defesa da manutenção da maioria do capital social de empresas estratégicas na esfera publica,

integrando nesse conceito os casos da Empresa de Eletricidade dos Açores e da SATA.

A título de exemplo, verifique-se o que é afirmado na página 18 do programa eleitoral do partido mais votado nas eleições, o Partido Socialista, onde se garante que a reestruturação do sector empresarial regional será concretizada “libertando unidades fora da esfera da produção de bens públicos” ao que se acrescenta, na página seguinte, o objetivo de “aumentar as receitas da Região por via da alienação de participações em empresas não estratégicas”.

O compromisso de manter os sectores estratégicos na alçada do sector publico foi garantido na própria Assembleia Legislativa pelo então candidato e agora presidente do governo regional, em resposta a uma pergunta do PCP/Açores sobre uma eventual privatização da EDA na legislatura seguinte dizendo: “Neste momento e com os dados que tenho não considero que seja equacionável a privatização do restante capital social da EDA”, afirmou.

Em 20 de novembro, esse compromisso voltou a ser reafirmado pelo presidente do governo durante o debate do Programa do Governo quando garantiu que “há empresas que se assumem de importância estratégica para a Região – o caso da EDA e da SATA – nós não temos qualquer motivo para neste momento equacionar aquilo que é a necessidade da sua privatização ou de parte do seu capital social”.

Porém, o amplo consenso regional sobre esta matéria parece ter terminado visto saber-se agora que o governo regional mandou elaborar um conjunto de estudos sobre a estratégia para a empresa ao mesmo tempo que a sua posição sobre uma eventual privatização aparenta não ser aquela que foi expressa durante o debate do Programa do Governo.

Por ultimo, tendo em conta a atual situação económica, social e financeira da Região e as dificuldades que as famílias e as empresas regionais enfrentam, são ainda mais relevantes as funções de interesse público desempenhadas pela EDA.



Nesse sentido, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda ao governo regional o seguinte:

A Região Autónoma dos Açores deve manter a maioria do capital social da Empresa de Eletricidade dos Açores tal como resulta dos compromissos eleitorais assumidos pelos partidos representados na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Horta, 18 de junho de 2013

O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Duarte Freitas